



J. Freitas

Projeto de Jucá substitui a MP das Filantrópicas

O líder do governo no Senado, Romero Jucá, apresentou ontem projeto de lei que substituirá a Medida Provisória (MP) das Filantrópicas. A MP 446/08 foi devolvida ao Executivo pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, no último dia 19. Garibaldi infor-

mou que encaminhará o projeto para as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), que o analisarão conjuntamente. A proposta deverá ser votada em decisão terminativa, seguindo diretamente para a Câmara dos Deputados. **3**

Jucá (à dir., com Virgílio e Agripino) explica que projeto tem amplo apoio

Plenário aprova medida que combate a crise financeira

Projeto de conversão de medida provisória aprovado ontem à noite amplia as possibilidades do Banco Central de socorrer instituições financeiras. O relator-revisor no Senado, Francisco Dornelles, observou que a medida dá maior liquidez ao sistema financeiro e elimina procedimentos burocráticos. A matéria vai à sanção presidencial. **3**

Senado abre semana que valoriza pessoa com deficiência

Uma série de eventos marcou ontem, em Plenário, a abertura da 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência,

do Senado Federal. Os presidentes do Senado e do STF, Garibaldi Alves e Gilmar Mendes, assinaram acordo para levar o

programa de inclusão ao STF. Diversos senadores defenderam a luta em favor das pessoas com necessidades especiais. **4 e 5**



Maurício de Sousa (de pé) acompanha seus personagens Luca e Dorinha, ao lado do ator Marcos Frota, que elogiou a iniciativa do Senado. Garibaldi Alves (acima) conversa com o cartunista

Mudanças no Regimento devem agilizar trabalhos

Uma das propostas em debate é que a ordem do dia abra as sessões de quarta-feira. **6**

Situação financeira da Petrobras gera polêmica

Tasso Jereissati nega estar fazendo "terrorismo" ao denunciar empréstimo à estatal. **7**

Mantega anuncia perdão de dívida de até R\$ 10 mil

MP e projetos de lei com a medida serão enviados ao Congresso ainda esta semana. **3**

Textos, referentes ao Orçamento de 2009, são das áreas de Justiça e Defesa, Agricultura e Desenvolvimento Agrário, Trabalho e Previdência e Poderes do Estado



Deputados Rodrigo Rollemberg (E) e Mendes Ribeiro e senadores Delcídio Amaral e Gim Argello (de pé)

Quatro relatórios setoriais são aprovados pela CMO

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem quatro relatórios setoriais, de um total de dez, apresentados ao projeto de lei orçamentária. São eles:

Justiça e Defesa

O primeiro texto aprovado, relatado pelo deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), se refere à sétima área temática – Justiça e Defesa. Do total de R\$ 62,68 bilhões destinados aos órgãos do setor, R\$ 9,34 bilhões vão para o Ministério da Justiça e R\$ 53,8 bilhões para o Ministério da Defesa.

No Ministério da Justiça, apenas dois programas – Previdência de Inativos e Pensionistas da União e Apoio Administrativo – concentram 66,73% das dotações do órgão. Esses dois programas comportam 76,88% dos recursos destinados ao Ministério da Defesa.

No âmbito dessa área temática, foram aprovadas 379 emendas, no valor de R\$ 4,75 bilhões. Dessas, 94 foram direcionadas ao Ministério da

Justiça e 285 ao Ministério da Defesa.

Agricultura

O relatório do senador Neuto de Conto (PMDB-SC) para a nona área temática – Agricultura e Desenvolvimento Agrário – destina R\$ 11,7 bilhões para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e para o Desenvolvimento Agrário, sendo R\$ 7,05 bilhões para o primeiro e R\$ 4,6 bilhões para o segundo. Foram apresentadas 714 emendas; as individuais totalizaram R\$ 0,5 bilhão, as de bancada estadual, R\$ 1,4 bilhão e as de comissão, R\$ 1,6 bilhão.

Previdência

O terceiro texto traz as dotações dos ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A relatoria da área, a décima, coube ao senador Gim Argello (PTB-DF).

Os recursos destinados ao Ministério da Previdência Social alcançam R\$ 240,1 bi-

lhões. Ao Ministério do Trabalho e Emprego, a proposta orçamentária reserva R\$ 42,8 bilhões. E para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome estão previstas dotações da ordem de R\$ 33,12 bilhões. O texto prevê que o salário mínimo em 2009 será reajustado para R\$ 464,72. Para essa área temática foram apresentadas 587 emendas, num total de R\$ 2,9 bilhões.

Poderes do Estado

O quarto texto, que teve como relator o deputado Guilherme Campos (DEM-SP), reserva R\$ 51 bilhões para os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, órgãos da oitava área temática – Poderes do Estado e Representação. Do total, R\$ 7,6 bilhões são para o Legislativo; R\$ 30,7 bilhões para o Judiciário; e R\$ 12,49 bilhões para o Executivo. Em comparação com os gastos autorizados para 2008, as dotações para a área aumentaram 14%; o Executivo obteve o maior aumento – 18,52%.

Tuma pede mais celeridade para projeto de senador em comissões

Romeu Tuma (PTB-SP) cobrou mais celeridade das comissões permanentes do Senado na apreciação de projetos dos senadores. Ele se queixou da demora na apreciação de proposição de sua autoria que, conforme disse, foi “clonada” no decreto presidencial que estabeleceu regras para os serviços de atendimento aos consumidores.

Tuma declarou ter sido surpreendido em julho quando o Decreto 6.523/08, que entrou em vigor na última segunda-feira, foi editado. Mas ressaltou que está satisfeito, pois o decreto prevê melhorias no atendimento



Tuma diz que decreto sobre call centers é “clone” de sua proposta

à população, como era seu objetivo ao apresentar o projeto (PLS 735/07).

– Às vezes, os projetos de senadores são importantes, mas as comissões dão prioridade a outros tipos de projeto por causa de uma intervenção direta da liderança – ressaltou.

Mário Couto cobra punição para prefeitos

Mário Couto (PSDB-PA) pediu ao Ministério Público Federal e ao do Pará que tomem providências para punir os prefeitos dos municípios paraenses de Eldorado do Carajás e de Novo Progresso.

De acordo com o senador, os dois prefeitos “determinaram o encerramento antecipado do ano letivo nas escolas municipais e estão atrasando o pagamento dos professores da rede pública local”. Para Mário Couto, tal atitude foi tomada por ambos como “uma forma de vingança por não terem sido reeleitos”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão reverencia Chico Mendes

Às 11h, acontece sessão solene do Congresso para reverenciar a memória de Chico Mendes, morto em 22 de dezembro de 1988. Às 14h, a sessão do Senado é deliberativa.

Debate e lançamento de livro

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa às 9h, no Interlegis, da abertura do 4º Fórum Senado Debate Brasil; às 11h, preside a sessão solene do Congresso Nacional destinada a reverenciar a memória do líder sindical e ecologista Chico Mendes; às 16h, preside a ordem do dia. E, às 18h30, participa, na Biblioteca do Senado, do lançamento do livro *Lavoisier Maia – Um homem de superação*.

Fórum discute no Interlegis os desafios do pré-sal

Às 9h, no Interlegis, ocorre o 4º Fórum Senado Debate Brasil, com o tema “Nova Fronteira do Petróleo: os Desafios do Pré-Sal”. Às 10h, em frente ao Congresso, apresentam-se um trio elétrico e a Turma da Mônica. Às 16h, no Salão Negro, acontece *show* do humorista Geraldo Magela. Os dois eventos fazem parte da 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Às 18h30, na Biblioteca do Senado, ocorre o lançamento do livro *Lavoisier Maia – Um homem de superação*, organizado por Itamar de Souza.

Sistema Nacional de Viação é examinado na Comissão de Infra-Estrutura

Às 11h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) se reúne para votar três proposições. A primeira é o projeto de lei que visa instituir o Sistema Nacional de Viação, com normas e diretrizes para a rede viária do país.

Prática do paraesporte

Às 10h, ocorre audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para debater a prática do paraesporte no Brasil, com a presença de atletas e do presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Vital Severino Neto.



CMO faz mutirão para votar relatórios setoriais

Em reuniões às 10h, 14h, e 17h da Comissão Mista de Orçamento (CMO) serão apresentados, discutidos e votados os relatórios setoriais apresentados à proposta orçamentária para 2009 (PL 38/08-CN), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.

CCJ estuda mudanças no Código de Trânsito

Entre os 25 itens que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar, às 10h, encontra-se o projeto que altera o Código de Trânsito Brasileiro para proibir motoristas com menos de um ano de habilitação de dirigir em rodovias e estradas; e o que dispõe sobre o uso do rádio e da TV por partidos políticos. O primeiro item da pauta é a PEC que trata da extinção do instituto do terreno de marinha e seus acrescidos.

Projetos sobre licença para capacitação e atividades insalubres

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se para a votação de sete proposições, entre as quais a que institui a licença para capacitação profissional. Também deve ser votado projeto que trata do caráter insalubre das atividades de agentes comunitários de saúde e requerimento de audiência pública para debater o assunto.

Audiência analisa segurança no trabalho e aposentadoria

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realiza, às 14h30, audiência para debater segurança no trabalho e os reflexos de condições de periculosidade, penosidade e insalubridade nas aposentadorias. Estão convidados os presidentes da CUT, Artur Henrique Silva Santos; da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva; da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah; da Central dos Trabalhadores do Brasil, Wagner Gomes; da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Antônio Fernandes dos Santos Neto; e da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Benedito Macílio.

Regulamentação da publicidade de bebida alcoólica

Audiência conjunta, às 9h, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde discute a regulamentação da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas. Entre os convidados, estão os presidentes do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), Gilberto Leifert; e do Sindicato Nacional da Indústria de Cerveja (Sindicerv), Milton Seligman. Logo após, a CCT analisa 12 projetos de decreto legislativo.

Primeira MP de combate à crise financeira, acatada ontem pelo Senado com as alterações feitas pela Câmara, segue agora para sanção. Proposta busca dar maior liquidez ao sistema financeiro

Plenário aprova medida sobre socorro a instituições financeiras

A PROPOSTA QUE aumenta as possibilidades do Banco Central de socorrer instituições financeiras em dificuldade e foi editada em decorrência da crise econômica internacional foi aprovada ontem pelo Senado.

O projeto de lei de conversão (PLV 29/08), proveniente da Medida Provisória 442/08, dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central e autoriza a emissão da letra de arrendamento mercantil (LAM). O relator-revisor, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), enfatizou que a medida dá maior liquidez ao sistema financeiro e



A matéria, que dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central, foi relatada na Casa por Francisco Dornelles

elimina procedimentos burocráticos. A matéria agora vai a sanção.

A maior polêmica em Plenário foi em relação ao artigo 6º do PLV, uma modificação introduzida pela Câmara. O artigo impede o registro em cartórios de arrendamentos mercantis (*leasing*) de veículos automotores, como carros e motocicletas. Fica valendo apenas o registro público nos respectivos departamentos de trânsito estaduais (Detrans). Dornelles enfatizou que alguns cartórios cobravam até R\$ 700 por esses registros, "que configuravam uma dupla obrigação".

Já Demostenes Torres (DEM-GO) argumentou que a proposta favorece os bancos, e sugeriu retirar a

palavra "público", da frase "dispensado qualquer outro registro público", o que impediria qualquer outra forma de registro fora dos Detrans. A maioria dos senadores decidiu rejeitar todos os requerimentos de destaque para votação em separado.

A MP foi publicada no dia 7 de outubro. Aprovada com emendas pela Câmara, a medida tem o propósito de assegurar níveis adequados de liquidez no sistema financeiro. Estabelece que o Conselho Monetário Nacional (CMN) poderá criar critérios e condições especiais de avaliação e aceitação de ativos recebidos pelo BC em operações de redesconto em moeda nacional ou

em garantia de operações de empréstimo em moeda estrangeira. O CMN poderá também afastar, em situações especiais e por prazo determinado, nas operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo BC, as exigências de regularidade fiscal previstas na legislação.

Transparência

O relator do PLV na Câmara, deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), acolheu emendas dos deputados com objetivo de dar maiores garantias e transparência às operações previstas na proposta. Uma das mudanças prevê que o CMN deverá observar regras transparentes e não discriminatórias na fixação de critérios e condições especiais de avaliação de ativos recebidos pelo BC em operações de redesconto em moeda nacional ou em garantia de operações de empréstimo em moeda estrangeira.

O projeto de conversão estabeleceu também que o BC deve encaminhar ao Congresso, até o último dia útil do mês subsequente de cada trimestre, relatório sobre essas operações realizadas, indicando, entre outras informações, o valor total trimestral e o acumulado no ano das operações de redesconto ou empréstimo realizadas.

Jucá apresenta projeto de lei que substitui a MP das Filantrópicas

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), informou ter apresentado projeto de lei que substituirá a Medida Provisória das Filantrópicas, devolvida ao Poder Executivo pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, no dia 19. Garibaldi anunciou que encaminhará a proposição às comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), que analisarão a matéria conjuntamente.

A proposta deverá ser votada em decisão terminativa, e seguirá diretamente para a Câmara, destacou Jucá. Ele disse acreditar que a tramitação será rápida, pois o projeto contaria com o apoio das lideranças partidárias. O senador afirmou ainda que, depois da aprovação pelas comissões, retirará o recurso apresentado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) contra a decisão de

Garibaldi de devolver a MP.

Na justificativa, Jucá esclarece que o objetivo do projeto é solucionar o grande número de pedidos de certificação pendentes no Conselho Nacional de Assistência Social.

– Talvez não tenha ficado claro na MP 446/08 que a decisão em favor das entidades não impede nem anula os efeitos de quaisquer investigações relativas a fraudes ou irregularidades por elas eventualmente cometidas. A certificação não é uma anistia; é apenas uma solução que elimina um gargalo do poder público, sem a qual os relevantes serviços prestados por aproximadamente metade das entidades filantrópicas atuantes no Brasil poderia sofrer severas interrupções. Sem essas entidades, os sistemas brasileiros de saúde, educação e assistência estariam gravemente comprometidos.

Congresso decide amanhã sobre créditos adicionais

O Congresso Nacional votará amanhã, a partir das 16h, projetos de lei que autorizam a abertura de créditos adicionais destinados a vários órgãos e entidades governamentais. As propostas reforçam dotações da lei orçamentária vigente.

Entre as matérias a serem analisadas está o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 67/08, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor de R\$ 682,1 milhões, em favor do Ministério da Saúde.

Outra proposição (PLN 75/08) destina R\$ 1,05 bilhão ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os recursos também vão para a reserva de contingência (despesas incertas e eventos fiscais imprevisíveis).



Paim (em pé), Papaléo (sentado) e Rosalba Ciarlini na sessão de ontem

Paim faz entrega simbólica de projetos a deputados

A terceira vigília em protesto pela aprovação dos projetos que recompõem os valores dos benefícios de aposentados e pensionistas iniciou-se ontem às 18h. Para marcar a manifestação, o senador Paulo Paim (PT-RS), idealizador do protesto, entregou simbolicamente aos deputados presentes em Plenário – Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Cléber Verde (PRB-MA) e Jurandy Loureiro (PSC-ES) – o texto das proposições que aguardam análise da Câmara: o que prevê o fim do fator previdenciário (PLS 296/03, e na Câmara, PL 3.299/08); o que garante o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo para pensões e aposentadorias (PLC 42/07, e na Câmara, PL 1/07); e o que prevê a recomposição das aposentadorias, para que valham o mesmo número de salários mínimos de quando foram concedidas (PLS 52/03, remetido ontem à outra Casa).

– O senador Paim, através desse gesto, está interpretando o sentimento da Casa, já que as matérias foram aprovadas por unanimidade, e agora vão à Câmara dos Deputados – avaliou Garibaldi Alves Filho, presidente do Senado.

Paim também entregou um manifesto de apoio ao movimento, assinado por 30 deputados e por integrantes da Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados, que, segundo o senador, já ultrapassa os 250 integrantes.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN), uma das oradoras da vigília, afirmou que aprovação das matérias é fundamental para se fazer "justiça ao trabalhador", que durante toda uma vida contribuiu para fazer do Brasil um país "grande e forte".

Na condição de presidente da sessão, Garibaldi Alves Filho ponderou que os senadores não podem culpar diretamente o ministro da Previdência Social, José Pimentel, por ainda não existir uma solução para as demandas dos aposentados.

– Isso seria uma grande injustiça – afirmou o presidente, para quem a Previdência Social vem se inviabilizando em virtude de imensos débitos previdenciários não cobrados ao longo do tempo, e que alçam a vários bilhões de reais.

Para evidenciar ainda mais a sua simpatia pelo movimento iniciado por Paulo Paim, a quem elogiou, o presidente do Senado argumentou que o seu pai, com 85 anos, pagou por vários anos a Previdência para obter uma aposentadoria de dez salários mínimos e que, atualmente, não chega a dois salários.

O senador Raimundo Colombo (DEM-SC), em aparte ao discurso da senadora Rosalba Ciarlini, também deu exemplo semelhante em sua família.

Para desejar ao movimento de vigília pleno êxito em seus objetivos, Garibaldi Alves Filho lembrou o poeta português Fernando Pessoa.

– Tudo vale a pena se a alma não é pequena – afirmou.

Integrantes da Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados já passam de 250

Ministro da Fazenda anuncia que União perdoará dívidas de até R\$ 10 mil



Mantega (E) diz a Garibaldi que proposta chegará hoje ao Congresso

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou ontem ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, e a líderes partidários que o governo enviará ao Congresso, a partir de hoje, uma medida provisória, um projeto de lei complementar e três projetos de lei perdoadando as dívidas, de até R\$ 10 mil, de pessoas físicas e empresas inscritas no cadastro da dívida ativa da União até dezembro de 2003.

– São medidas destinadas a simpli-

ficar bastante a vida do contribuinte brasileiro. É um novo modelo de gestão da dívida ativa brasileira. Faz uma limpeza no cadastro e diminui os custos da cobrança – disse Mantega.

Os líderes do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e do PSB, Renato Casagrande (ES), elogiaram a iniciativa do ministro de conversar com os senadores antes do envio das medidas. Para Casagrande, o custo de administrar a cobrança

dessas dívidas é maior que perdoar os débitos.

– Se houver sempre um diálogo antecedendo o envio das medidas, facilita a tramitação.

O ministro também reconheceu que, devido à crise financeira global, o Brasil assistirá nos próximos três meses redução de sua atividade econômica. Ao sair do Senado, no entanto, indagado se o Brasil crescerá menos que 3% no próximo ano, respondeu: "Não acredito".

Personagens de histórias em quadrinho, estudantes e senadores participam da abertura das atividades que, até sexta-feira, mostrarão a importância de se garantir aos cidadãos com dificuldades motoras, intelectuais ou relativas aos sentidos o direito à acessibilidade

Maurício de Sousa e a Turma da Mônica em ação

No início das atividades da 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, o cartunista Maurício de Sousa afirmou que a iniciativa do Senado "é uma lição que mostra realmente o que é possível fazer diante desse tipo de problema". Para ele, é preciso brigar a fim de que seja exercitada a inclusão e, principalmente, lutar pela acessibilidade da pessoa com deficiência.

Maurício de Sousa disse que há algum tempo sentiu a necessidade de colocar personagens em suas revistas com algum tipo de deficiência. Para isso, explicou, foi preciso desenvolver um estudo a fim de evitar que o trabalho tivesse qualquer caráter de preconceito. De acordo com ele, para criar os personagens Dorinha e Luca, a equipe buscou inspiração em visitas a várias instituições. O desenhista lembrou que Dorinha é uma menina cega que dá uma lição de vida, mostrando como o mundo pode ser bonito. Já Luca, inspirado em atletas paraolímpicos, ao se integrar à turma com a sua cadeira de rodas, transmite uma mensagem de possibilidade de inclusão e interação.

A Turma da Mônica e o seu

autor foram os grandes convidados para a abertura das festividades da semana, que tem como foco a educação, a cidadania e as campanhas preventivas. Crianças de escolas inclusivas do Distrito Federal puderam ouvir músicas da turma de Maurício de Sousa, cantadas pelo Coral do Senado, e assistir à peça de teatro *Mundo azul*.

Acessibilidade

A coordenadora do Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado, Mônica Freitas, explicou que o evento ganhou tanta

repercussão que deu origem ao projeto de lei (PLS 712/07) que institui a Semana Nacional de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência. A proposição é de autoria do senador Flávio Arns (PT-PR).

— Esse é um programa de responsabilidade social que muito nos orgulha e nos deixa feliz. A Casa possui 54 servidores que apresentam algum tipo de deficiência. O Senado tem até uma editora para publicações em braille, com seis deficientes visuais que já editaram mais de 30 obras — afirmou Mônica Freitas.



Maurício de Sousa com os personagens Dorinha e Luca



Crianças de escolas inclusivas do Distrito Federal participam no Senado da abertura da semana

Senado e STF assinam parceria por inclusão

Os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, assinaram ontem um protocolo de intenções de parceria em ações destinadas a beneficiar pessoas com deficiência.

— É muito importante esse convênio assinado para viabilizar programas de apoio à acessibilidade — afirmou Garibaldi, que elogiou a participação da comunidade para fazer valer a igualdade e o direito de todos.

Por meio do convênio, o STF vai obter cooperação técnica do Senado com o objetivo de implantar, naquela corte, um programa de inclusão nos mesmos moldes daquele que o Poder Legislativo já vem desenvolvendo.



Senadores e autoridades acompanham discurso de Garibaldi Alves (D)

— Vamos levar para o Supremo tudo em que o Senado vem lucrando graças aos últimos anos em termos de acessibilidade — disse Gilmar Mendes.

O ator Marcos Frota elogiou a iniciativa do Senado, que, segundo explicou, está inspirando as demais casas legislativas em todo o país a promoverem eventos em prol da acessibilidade.

Ele lembrou que o Brasil assinou em julho deste ano a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. "A partir de agora, preconceito contra pessoa com deficiência é crime", explicou.

O cadeirante Ricardo Oliveira, de 19 anos, campeão olímpico de Matemática, também elogiou a iniciativa do Senado.

Senadores pedem avanço em conquistas

Vários senadores se pronunciaram em defesa de mais sensibilidade para com a causa dos cidadãos com dificuldades motoras, intelectuais ou relativas aos sentidos. Todos têm a opinião de que é preciso avançar no processo de proteção e apoio a essa parcela da população, a despeito das conquistas já obtidas.

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que os cidadãos considerados normais frequentemente não têm "olhos e ouvidos" para os brasileiros que sofrem com limitações diversas.

Flávio Arns (PT-PR) lembrou que pessoas com deficiência representam uma parcela mais significativa da população do que se imagina. Nas contas da Organização Mundial da Saúde (OMS), seriam entre 18 e 19 milhões, mas o IBGE já contabiliza 25 milhões nessa categoria.

Na opinião de Inácio Arruda (PCdoB-CE), o país está "avançando aos poucos" em direção a menos barreiras e dificuldades para aqueles com necessidades especiais.

Com dificuldades de locomoção, o deputado federal Alfredo Kaefer (PSDB-PR) teve de ser levado até a tribuna do Senado para se pronunciar. O parlamentar lamentou o fato de a acessibilidade ainda não ser integral no Congresso Nacional, depois de pedir que pessoas como ele sejam chamadas de "portadores de necessidades especiais". Disse ainda ter vencido várias dificuldades para formar uma família, vencer como empresário e entrar para a política.

Paulo Paim (PT-RS) cobrou a aprovação final do projeto de lei de sua autoria que constitui o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. A matéria já passou no Senado e aguarda o exame da Câmara.

Esquecidos

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), entre as pessoas com deficiência, um grupo fica esquecido por não ter deficiência física ou mental: o dos analfabetos. Marconi Perillo (PSDB-GO) afirmou que o mais importante é mudar a mentalidade da sociedade segundo a qual o deficiente, físico ou mental, é incapaz para o trabalho.

Ao final da homenagem, que ocupou a primeira parte da sessão, Alvaro Dias (PSDB-PR), na presidência, cumprimentou todos os que trabalham em prol dos portadores de necessidades especiais na pessoa do senador Flávio Arns.

Começa no Senado a 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

A 4ª SEMANA de Valorização da Pessoa com Deficiência, do Senado Federal, foi oficialmente aberta ontem em Plenário. Na ocasião, houve o lançamento do carimbo comemorativo e do selo personalizado do Programa de Acessibilidade do Senado.

Serys Shlessarenko (PT-MT) afirmou "já estar comprovada a capacidade dessas pessoas especiais". A senadora parabenizou Flávio Arns (PT-PR) por sua luta em defesa das pessoas com deficiência.

A legislação brasileira, mencionou Eduardo Suplicy (PT-SP), é uma das mais abrangentes e vai além do estabelecido pela Convenção da Organização das Nações Unidas para os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Aloizio Mercadante (PT-SP) citou projetos de sua autoria que beneficiam as pessoas com deficiência, já acolhidos pelo Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados. O parlamentar também defendeu a

aprovação do projeto (PLS 141/08) que obriga a Casa da Moeda a incluir, nas cédulas brasileiras, elemento que possibilite a sua identificação por pessoa com deficiência visual.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) lembrou os anos de escravidão da sociedade brasileira, que sofre também, salientou, com a exclusão dos pobres e com a perseguição às minorias, inclusive as religiosas. Ele elogiou a força das pessoas com deficiência, dizendo que a sua tenacidade na luta contra

os obstáculos "é a maior lição" que se pode ter.

Por sua vez, Arthur Virgílio (PSDB-AM) cobrou a implantação de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento das potencialidades de quem tem "certas dificuldades perante a vida e certas diferenças em relação às pessoas comuns".

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) pediu a construção de uma rampa de acesso à Mesa do Senado, no Plenário.

Também participaram da abertura, entre outros, Carlos Henrique Custódio, presidente dos Correios; Cláudia Grabois, presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; o cartunista Maurício de Sousa; o ator Marcos Frota; Ricardo Oliveira, campeão das Olimpíadas de Matemática das escolas públicas do Brasil; Solete Foizer, subsecretária de Informações e Turismo, representando o vice-governador do Distrito Federal, Paulo Octávio.



Serys (ao microfone) fala durante a abertura da semana em sessão presidida por Garibaldi Alves. No Plenário, Luca e Dorinha, personagens da Turma da Mônica com deficiências



Pessoas com deficiência acompanham a sessão em que foram lembradas as iniciativas do Senado em busca da acessibilidade

Efraim destaca ações inclusivas na Casa

Como 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB) fez um balanço das ações da Casa destinadas a garantir acessibilidade às pessoas com deficiência. O senador disse ter dado prosseguimento ao trabalho de Romeu Tuma (PTB-SP), seu antecessor no cargo, e lembrou o empenho do ex-presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB-AL), assim como do atual, Garibaldi Alves Filho, nesse sentido.

— O Senado tem um compromisso com a acessibilidade e está cumprindo com esse compromisso.

Efraim mencionou, entre as ações adotadas, a construção de rampas de acesso, a adaptação de instalações sanitárias, a compra de triciclos motorizados, a formatação da página do Senado na internet, a constituição de uma audioteca na biblioteca da Casa e a impressão de livros em braille.

— Temos orgulho de estar cumprindo a nossa parte e conclamamos a próxima Mesa a fazer o mesmo.



Efraim Moraes: "O Senado tem cumprido o seu compromisso com a acessibilidade"

Paraesportes são tema de audiência em comissão

Os paraesportes e seu potencial para melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão social das pessoas com deficiência serão discutidos em audiência que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) promove hoje. O debate integra a programação de atividades da 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, realizada pelo Senado Federal.

Entre os convidados está o atleta Clodoaldo Francisco da Silva, nadador que conquistou seis medalhas paraolímpicas de ouro, cinco de prata e duas de bronze, e é o principal campeão paraolímpico do país. Foram convi-

dados também o velocista Lucas Prado, que recebeu três medalhas de ouro nos Jogos Paraolímpicos de Pequim; a atleta Shirlene Santos Coelho, que ganhou medalha de prata no lançamento de dardo nos jogos de 2008; o nadador Daniel de Faria Dias, que conquistou quatro medalhas de ouro, quatro de prata e uma de bronze em Pequim; e o cavaleiro Marcos Fernandes Alves, que ganhou duas medalhas de ouro nos Jogos Parapan-Americanos de Mar Del Plata em 2003.

Deve ainda participar da audiência o presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro

(CPB), Vital Severino Neto. O debate está marcado para as 10h.

Meia-entrada

Na comissão também será votado em segundo turno projeto de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flávio Arns (PT-PR) aprovado na forma de substitutivo de Marisa Serrano (PSDB-MS), que limita a venda de ingressos pela metade do preço a 40% dos lugares oferecidos ao público. De acordo com a proposta, são beneficiados com a meia-entrada estudantes e pessoas com mais de 60 anos de idade.



Ideli destaca iniciativas de instituições e "o grande coração" dos brasileiros

Ideli agradece o apoio à população de Santa Catarina

O apoio que vem sendo dado pelas autoridades governamentais e pela sociedade na reconstrução e na ajuda às vítimas de Santa Catarina — em razão das chuvas que provocaram milhares de desabrigados e destruição no estado — foi elogiado por Ideli Salvatti (PT-SC).

A senadora agradeceu a todos, e destacou a mobilização das Forças Armadas e de instituições financeiras como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que disponibilizaram contas para a arrecadação de recursos em nome do Fundo de Defesa Civil estadual. Ela ressaltou o caráter solidário do "grande coração do povo brasileiro".

Ideli citou ainda o empenho e os esforços dos governos federal e estaduais, que disponibilizaram efetivos de suas defesas civis, a solidariedade da Polícia Rodoviária Federal, do Ibama e da Petrobras.

— Uma verdadeira operação de guerra foi instalada em Santa Catarina — frisou.

As chuvas já provocaram 114 mortes, lembrou a parlamentar, observando que ainda podem ser encontradas vítimas fatais soterradas. Segundo Ideli, 20 mil casas deverão ser recuperadas em todo o estado.

A senadora disse que a situação tornou-se ainda mais dramática com o rompimento de dois gasodutos. De acordo com ela, os efeitos da tragédia vêm sendo sentidos até mesmo em regiões não atingidas pelas enchentes, já que as chuvas destruíram o canal do porto de Itajaí, por onde é escoada 60% da carga frigorífica do país.

Praias

Ideli ressaltou que as chuvas não afetaram as praias de Santa Catarina, e pediu aos turistas que não deixem de frequentar essas localidades na alta temporada, como forma de reforçar a economia do estado.

Em apertado, manifestaram solidariedade a Ideli e à Santa Catarina os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (DEM-RN), João Pedro (PT-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Valdir Raupp (PMDB-RO), Fátima Cleide (PT-RO), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Renato Casagrande (PSB-ES), Cristovam Buarque (PDT-DF), Flávio Arns (PT-PR), César Borges (DEM-BA), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Jayme Campos (DEM-MT) e Demostenes Torres (DEM-GO), além do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho.



Marco Maciel (2º à esquerda), entre Gerson Camata (E), Antônio Carlos Valadares e Papaléo Paes, preside reunião da comissão temporária incumbida de propor reforma do Regimento Interno da Casa

Novas regras devem agilizar atuação do Senado

Camata propõe que sessões das quartas-feiras sejam iniciadas com a ordem do dia, sem a análise de MPs, para evitar o trancamento da pauta

DURANTE REUNIÃO DA Comissão Temporária para Reforma do Regimento Interno do Senado, realizada ontem, Gerson Camata (PMDB-ES) sugeriu que as sessões deliberativas das quartas-feiras sejam iniciadas já com a ordem do dia, ficando a pauta livre de medidas provisórias (MPs) nesses dias, de modo a evitar o trancamento de matérias. Essa foi uma das propostas apresentadas com o objetivo de agilizar os trabalhos da Casa.

Os integrantes da comissão concordaram que a figura do "colégio de líderes" (informal) é uma "experiência vitoriosa, que reflete o sentimento de dife-

rentes partidos", como definiu Marco Maciel (DEM-PE), presidente do colegiado. Ele também levantou a discussão sobre a introdução da chamada "emenda aglutinativa", que já existe na Câmara dos Deputados.

O senador disse que a tendência da comissão parece ser por uma reforma geral do regimento. Ele criticou em especial as MPs, que, assinalou, "têm poder paralisador do Congresso".

Prejuízo

Maciel opinou ainda sobre as sessões especiais ou sessões de homenagem, que, para ele, têm sido muito freqüentes, prejudi-

cando as votações do Plenário e as reuniões das comissões permanentes. Na sua opinião, algumas homenagens têm importância discutível.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu maior rigor para os chamados "requerimentos de louvor" e um limite de tempo para os relatores apresentarem pareceres.

Já Papaléo Paes (PSDB-AP) condenou os "erros grosseiros" cometidos nas sessões, como a permissão para que o mesmo senador aparteie mais de dez discursos durante a sessão, e o "abuso" da figura do "Pela ordem". Também cobrou o

cumprimento do horário, pois, constatou, a ordem do dia deveria começar por volta das 16h e isso quase nunca ocorre.

Papaléo ainda criticou o fato de o senador que preside a sessão plenária comentar os discursos dos colegas, como se estivesse apartando. Ele sugeriu que a comissão marque audiência com o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, para propor que o regimento seja cumprido rigorosamente.

Por sua vez, Inácio Arruda (PCdoB-CE) ponderou que novas regras são necessárias, mas devem ser flexíveis, para não virarem "letra morta".

Para Valadares e Maciel, o Senado já possui bom número de comissões permanentes (11) e diversas subcomissões (30). Eles acreditam que o número de subcomissões poderia ser limitado a duas por comissão permanente.

Falando sobre as CPIs, Camata defendeu regras claras para tais colegiados, que, a seu ver, têm funcionado como verdadeiros "shows de televisão". Coordenado pela secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, o grupo que assessora a comissão apresentou em novembro substancial estudo sobre mudanças no Regimento Interno.

Vice-presidente do Parlamaz visitará Roraima em janeiro

O presidente da Subcomissão Permanente de Defesa da Amazônia, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), convidou ontem o vice-presidente internacional do Parlamento Amazônico (Parlamaz), deputado venezuelano Eddy Gómez, para uma visita a Roraima. O encontro está previsto para acontecer entre 7 e 10 de janeiro, data que deverá ser confirmada com o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior.

O senador recebeu Eddy Gómez e uma comitiva de asses-

sores em audiência na subcomissão, criada no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O vice-presidente do Parlamento Amazônico salientou sua preocupação com o combate à biopirataria na região.

Mozarildo comprometeu-se a pedir, juntamente com Cristovam Buarque (PDT-DF) e João Pedro (PT-AM), apoio do presidente da Casa, Garibaldi Alves, para que sejam designados, ainda em 2008, parlamentares brasileiros para o colegiado.



Mozarildo Cavalcanti convida o deputado venezuelano Eddy Gómez para a visita

Senadores são premiados pelo Congresso em Foco

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, voltou a condenar o abuso na edição de medidas provisórias em discurso, na segunda-feira, durante solenidade de entrega do Prêmio Congresso em Foco. Ele lembrou que, das 104 sessões deliberativas realizadas este ano, 75 tiveram a pauta trancada por MPs. Garibaldi também disse ser impossível votar a reforma tributária ainda este ano no Senado.

O prêmio é concedido pelo site jornalístico Congresso em Foco para homenagear os 42 melhores parlamentares do ano. A escolha é feita por meio do voto de jornalistas e por votação popular via internet. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) foi premiado como o congressista que mais se destacou na promoção da justiça e no combate à corrupção.

Em seu discurso, Simon disse que estão enganados aqueles que esperam mudar a política a partir do Congresso Nacional, do Poder Judiciário ou até mesmo do Executivo. Na avaliação

do senador, a mudança só será possível quando o povo e a sociedade organizada "saírem na frente".

O primeiro colocado na escolha dos jornalistas e do voto popular foi Alvaro Dias (PSDB-PR), que ressaltou o fato de o site Congresso em Foco não se restringir à crítica, mas também procurar homenagear a instituição parlamentar brasileira, "achinchada muitas vezes, até com justificadas razões,

mas que não pode ser condenada".

Cristovam Buarque (PDT-DF) também foi agraciado como um dos parlamentares que mais bem representaram a população em 2008.

Ainda foram premiados Eduardo Suplicy (PT-SP), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Renato Casagrande (PSB-ES) e Paulo Paim (PT-RS), além da senadora Marina Silva (PT-AC).



Garibaldi Alves voltou a dizer que há abuso no número de medidas provisórias

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Alvaro Dias • Romeu Tuma

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais

Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

CAE acolhe projeto que cria o Sistema Nacional de Teatro

Projeto que prevê a criação da Secretaria Nacional do Teatro, vinculada ao Ministério da Cultura, foi acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O órgão será responsável pelo exame, registro, controle e aprovação de projetos da área e pela formulação de políticas para o setor teatral. O texto também institui mecanismo de fomento às atividades, por meio da concessão de desconto no Imposto de Renda em favor de empresas e pessoas físicas, em decorrência de patrocínios ou investimentos feitos na produção de obras teatrais.

Relatada pelo senador Flávio Arns (PT-PR), a proposição (PLS 226/08) foi formulada a partir de anteprojeto apresentado ao Senado por representantes da classe teatral. Assinam o texto os senadores Garibaldi Alves (PMDB-RN), Cristovam Buarque (PDT-DF), Ideli Salvatti (PT-SC) e Osmar Dias (PDT-PR). A proposta seguirá agora para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde será votada em decisão terminativa.

Concorrência

Em defesa do projeto, o rela-

tor disse que o teatro já conta com os benefícios da Lei Rouanet (Lei 8.313/91), mas enfrenta grande "competição" por verbas de incentivo, problema ampliado desde que os esportes também passaram a contar com medidas de incentivo com base em dedução do Imposto de Renda, a partir de lei específica aprovada há dois anos.

Se o projeto for acolhido, os limites relativos à dedução por investimentos em teatro serão mais atrativos do que os oferecidos aos segmentos do audiovisual – fixados na Lei do Audiovisual (Lei 8.695/93). Essa lei assegura deduções de até 3% do imposto devido, para pessoas físicas, e de até 1%, para as empresas apoiadoras. No que concerne ao teatro, como previsto na proposta em exame, o desconto sobe a 6%, para as pessoas físicas, e para 3%, no caso das empresas.

Em relação aos patrocínios, o projeto prevê dedução, no imposto devido, de até 4% do valor aportado pelas empresas em favor de projetos teatrais. Para as pessoas físicas, a dedução poderá chegar a até 6% sobre o valor devido. A Lei Rouanet limita essas deduções em 1%.



Presidida por Aloizio Mercadante (D), comissão vota diversas matérias

Cooperativas poderão operar no mercado financeiro

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei complementar que institui o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo – um modelo integrado por quatro tipos de entidades: cooperativas singulares de crédito, cooperativas centrais de crédito, confederações de cooperativas de crédito e bancos cooperativos. Revogando dispositivos da legislação atual sobre o tema, a proposta, entre outras medidas, veda a constituição de cooperativa mista com seção de crédito.

O projeto, que agora vai a exame final em Plenário, foi originalmente elaborado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) – na forma do PLS 177/04. O texto que a CAE acolheu, no entanto, corresponde ao substitutivo da Câmara à proposição de Camata. De acordo com o relator na CAE, senador Osmar Dias (PDT-PR), o projeto concede às cooperativas todas as condições sociooperacionais para atuar no mercado financeiro.

No debate, Gerson Camata afirmou que o Banco Central resistiu a aceitar a função de fiscalizar as cooperativas de crédito.

Comissão aprova empréstimo para microempresas

Obteve parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos um novo empréstimo de US\$ 1 bilhão que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pretende contrair junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esses recursos podem servir para financiar micro, pequenas e médias empresas. Ainda é necessária a aprovação do Plenário.

O relator, Osmar Dias (PDT-PR), destacou que essa é a terceira etapa de um empréstimo total de US\$ 3 bilhões entre BID e BNDES. Segundo o senador, a primeira contratação ocorreu em setembro de 2005 e a segunda, em outubro de 2007, ambas com o mesmo valor: US\$ 1 bilhão. Ao defender a autorização da operação, que terá a garantia do governo, Osmar Dias afirmou que a obtenção de crédito é fundamental no momento em que o país se prepara para enfrentar a crise financeira internacional.

A matéria, que tramitou na CAE sob a forma da Mensagem do Senado 246/08, será enviada ao Plenário.

Virgílio reage a declarações de Lula e Gabrielli diante das críticas à atuação da estatal. Mercadante diz que empresa foi afetada por crise financeira mundial e outros fatores

Situação da Petrobras gera polêmica em reunião da CAE

A SITUAÇÃO FINANCEIRA da Petrobras foi, ontem, alvo de polêmica na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), crítico ao presidente Lula, que classificou como "terroristas" as acusações de que a estatal enfrenta problemas de caixa, e o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, segundo o qual os comentários nesse sentido são irresponsáveis e "mentirosos".

O presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), lembrou que o tema será discutido com Gabrielli e os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, em audiência pública a ser realizada na próxima semana. A audiên-

cia foi solicitada por Virgílio e Tasso Jereissati (PSDB-CE), que querem explicações sobre os empréstimos que a Petrobras contratou recentemente junto à Caixa Econômica Federal (cerca de R\$ 2 bilhões) e ao Banco do Brasil (em torno de R\$ 700 milhões).

– Queremos discutir isso tecnicamente. Não insultamos ninguém nem tratamos com escárnio a questão. Em troca, levamos algumas patadas, que queremos devolver com toda a tranquilidade – disse Virgílio.

Mercadante ressaltou os impactos da crise financeira internacional sobre o país e, especificamente, sobre o fluxo de caixa da Petrobras. Segundo afirmou, a companhia tem um

faturamento mensal de aproximadamente R\$ 17 bilhões e precisa de um *funding* de 4 a 5 bilhões de dólares por ano para manter seus investimentos. Ele mencionou outros fatores que teriam afetado negativamente o fluxo de caixa da estatal.

Jereissati declarou que as explicações de Mercadante apenas confirmam o que ele próprio havia dito na semana passada, em Plenário, sobre a situação da estatal. Frisou que "a companhia merece toda ajuda possível, se for o caso".

– Mas também é preciso verificar se isso acontece devido à crise financeira internacional ou à péssima administração que pode estar ocorrendo na empresa – disse ele.

Jereissati afirma que estatal gastou demais

Ao retomar em discurso no Plenário a questão do empréstimo de R\$ 2 bilhões concedido pela Caixa à estatal, Tasso Jereissati (PSDB-CE) negou estar fazendo "terrorismo com a Petrobras", como teria dito o presidente Lula, e reiterou a situação preocupante da empresa, que enfrentaria, segundo o senador, uma crise de liquidez.

O parlamentar explicou, após analisar os balanços da companhia, que o seu passivo circulante líquido, ou seja, tudo a ser pago no curto prazo, é cerca de R\$ 30 bilhões maior do que o ativo circulante líquido, aquilo que a empresa tem a receber no curto prazo. A defasagem, segundo mencionou, cresceu em R\$ 12 bilhões no balanço do último trimestre – "um desequilíbrio de caixa grave" que, observou, teria levado o banco a socorrer a estatal mediante empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado, privilegiadas.

Um dos motivos apontados por Jereissati para esse desequilíbrio foi o crescimento do quadro de funcionários da Petrobras, que quase dobrou no último ano; o número de prestadores de serviço, que mais do que triplicou; os gastos com publicidade e com patrocínio e os custos operacionais de uma maneira geral, que praticamente dobraram, com base no alto preço do barril de petróleo, que estava sendo vendido a US\$ 150. O parlamentar observou que, com o valor atual do barril, na casa dos US\$ 50, esses gastos não são factíveis.

Erros

O senador disse que, devido "aos erros administrativos da Petrobras", enquanto todo mundo – Europa, Estados Unidos e Japão – diminuiu o preço da gasolina, em razão da queda do preço do petróleo, o consumidor brasileiro não está sendo beneficiado com essa queda. Ele afirmou que os preços do



Para Tasso Jereissati, situação da Petrobras é preocupante

combustível não caíram no Brasil porque a empresa "gastou demais, e se baixar o preço, como o mundo inteiro fez, vai arrebentar ainda mais o seu caixa".

Jereissati lamentou o anúncio de redução de investimentos na empresa, e não de redução de custos.

Vários senadores, em apertes, apoiaram Jereissati. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) afirmou que é importante para o Senado saber a real situação da Petrobras. Ele citou matérias publicadas na imprensa indicando que o empréstimo não teria tramitado pelo setor de auditoria da Caixa, o que, em sua opinião, é preocupante.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) lamentou que sempre que ocorre uma "crítica de conteúdo" ao governo, a primeira atuação dos aliados não é responder à afirmação feita, mas desqualificar quem a faz, o que o senador classificou como um "absurdo, antidemocrático, deplorável, um desrespeito ao Senado e aos cidadãos brasileiros".

Já Mão Santa (PMDB-PI) citou o filósofo italiano Norberto Bobbio ao dizer que "o Senado só presta para três coisas: fazer leis boas e justas, fiscalizar o governo e denunciar". Raimundo Colombo (DEM-SC) observou que a Petrobras se excede nos

patrocínios, nos repasses a organizações não-governamentais, na publicidade excessiva e nos altos custos despendidos com consultoria e pessoal. Segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), o número de funcionários da Petrobras, entre 2003 e 2006, saltou de 36,3 mil para 50,2 mil.

"Salto alto"

José Agripino (DEM-RN) afirmou que a empresa e seus dirigentes calçaram salto alto em virtude da anunciada auto-suficiência de petróleo, da elevação dos preços do barril, há alguns meses, e da descoberta na camada de pré-sal. Arthur Virgílio quis saber quando o preço da gasolina no país vai baixar, já que o preço do barril do petróleo despencou. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) destacou que a empresa vem sofrendo com má-gestão financeira, enquanto Mário Couto (PSDB-PA) frisou que os dirigentes da estatal não querem levar ao conhecimento da nação a realidade dos fatos.

Para Marconi Perillo (PSDB-GO), Jereissati está fazendo "um favor ao Brasil ao trazer à baila essa discussão, fundamental para o futuro do país", já que se está esclarecendo a história de que a Petrobras vinha sendo bem dirigida, quando, na verdade, sua administração é "perdulária, incoseqüente e extremamente débil".

João Tenório (PSDB-AL) sinalizou que a empresa estava sendo utilizada como ferramenta de promoção do governo federal, com os anúncios da auto-suficiência, do investimento em biodiesel e do pré-sal.

Também manifestaram apoio a Jereissati os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Papaléo Paes (PSDB-AP).

Por sua vez, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que as dúvidas serão sanadas na audiência pública com os presidentes da Petrobras, da Caixa e do Banco do Brasil, no próximo dia 11.

Debate com esportistas e dirigentes mostra a necessidade de se estimular a prática esportiva nas escolas e na sociedade



Bernardinho, técnico da Seleção Brasileira de Vôlei, Carlos Nuzman, presidente do COB, Cristovam Buarque e Ana Moser, ex-jogadora de vôlei, durante a audiência

Especialistas propõem mais investimentos em esporte

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), especialistas destacaram ontem a importância do investimento em esporte nas escolas. A reunião foi realizada para debater o desempenho da delegação brasileira nas Olimpíadas de Pequim, ocorridas em agosto, e as políticas públicas para o esporte olímpico.

O técnico da Seleção Brasileira de Vôlei, Bernardo Rezende – o Bernardinho –, salientou que, ao praticarem esportes, os jovens aprendem várias lições, como o valor da disciplina para alcançar objetivos.

Bernardinho considerou relevante o fato de que, entre os debatedores, é consenso que

essa atividade é um meio de transformação e tem de ser usada no “processo de educação dos nossos jovens”. Após essa afirmação, o presidente da CE, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), pediu palmas para Bernardinho.

– O Brasil não dá certo porque não é um time. Ainda não conseguimos fazer do Brasil um time de 200 milhões de pessoas com interesses diferentes, mas com um objetivo em comum: ganhar algumas copas, como a da educação – frisou Cristovam.

A importância da educação física nas escolas também foi defendida pelo presidente do Comitê Olímpico Brasileiro

(COB), Carlos Arthur Nuzman. Segundo ele, é preciso começar pela base.

– A educação física nas escolas deve ser exigida e fiscalizada para que possamos dar oportunidade às crianças deste país de mostrarem seu talento e, assim, seguirem em um processo de formação para o esporte – afirmou.

O senador João Pedro (PT-AM) questionou o presidente do COB sobre os critérios usados na distribuição de recursos para as confederações de esporte. Carlos Nuzman disse que os presidentes das confederações é que estabelecem os critérios, de acordo com as necessidades.

Senadores querem mais atividades nas escolas

Durante a audiência pública na Comissão de Educação, senadores defenderam a necessidade de se praticar mais esportes nas escolas.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) acredita que os ministérios da Educação e do Esporte e o Comitê Olímpico Brasileiro deveriam atuar de forma integrada para promover a prática de atividades esportivas. Romeu Tuma (PTB-SP) destacou a importância da educação física para a saúde. Ele também disse que ficou preocupado com as denúncias de desvio de dinheiro feitas contra o COB ao longo da audiência. Já Mão Santa (PMDB-PI) observou que as novas gerações têm hoje menos interesse em esporte.

Marisa Serrano (PSDB-MS) propôs que o governo acabe com os grandes eventos esportivos e canalize os recursos para projetos que atendam diretamente à população. A senadora lembrou que os Jogos Pan-Americanos realizados em 2007 no Rio de Janeiro consumiram milhões de reais.

Ampliar infra-estrutura é preciso, diz secretário

O grande desafio para que o esporte brasileiro cresça e seja competitivo é fornecer completa infra-estrutura, o que inclui, por exemplo, a construção e a manutenção de quadras, piscinas e pista de atletismo, afirmou o secretário de Esporte, Lazer e Turismo de São Paulo, Cláury Santos Alves da Silva, na audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Cláury Santos informou que a secretaria receberá no próximo ano R\$ 121,7 milhões. Ele ressaltou também a construção, no estado, de quatro novos centros de excelência.

Ana Moser, ex-jogadora da Seleção Brasileira de Vôlei e presidente do Instituto Esporte e Educação, observou que é necessário criar um plano nacional para o esporte que atenda ao cidadão. Conforme disse, o esporte profissional não é para todos. Para que um atleta consiga chegar ao esporte competitivo, de excelência, completou Ana Moser, é necessário um grau de capacidade física acima da média.

Nuzman defende COB; Murray pede criação de uma CPI

O presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, garantiu na audiência pública que toda a atuação da entidade é analisada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria Geral da União (CGU), e também por empresas privadas de auditoria, como a Ernest & Young e a KPMG. Ele afirmou que as contas apresentadas pelo comitê estão aprovadas.

– O COB segue todas as determinações e nenhum órgão deste país é mais fiscalizado do que o Comitê Olímpico. Se tiver algum erro, é humano, e não de má-fé.

Já o membro da Assembléia Geral do COB e da Corte Arbitral do Esporte em Lausanne (Suíça), Alberto Murray Neto, pediu a criação de uma CPI para investigar o repasse de verbas ao esporte olímpico brasileiro.

Murray disse que um relatório do TCU sobre a entidade indica superfaturamento de até 1.000%. Observou que o COB vive exclusivamente do dinheiro público e, por isso, precisa prestar contas, como requer a lei.

– Tomara que a CPI diga que não tem nada de errado, mas quem não deve não teme – frisou.

Segundo o representante do Ministério do Esporte, Djan Madruga, a queda da colocação do país nas últimas Olimpíadas, do 16º lugar para o 23º, foi em razão de outros países terem aumentado o número de medalhas de ouro conquistadas.

– A participação do Brasil em Pequim não foi ruim como foi pintado pela mídia. Apesar de ter caído no ranking geral, conseguimos o primeiro ouro em natação, e as medalhas femininas subiram de duas para seis.

PSB e PRB ANUNCIAM APOIO A TIÃO VIANA

Os líderes do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Renato Casagrande (ES), e do Partido Republicano Brasileiro (PRB), Marcelo Crivella (RJ), anunciaram ontem em Plenário o apoio de seus partidos à candidatura do senador Tião Viana (PT-AC) à Presidência do Senado.

– O PSB reafirma a necessidade de uma pauta para esta Casa, de uma Mesa diretora que possa fazer com que haja um diálogo permanente entre o Senado e a Câmara – disse Casagrande.

Marcelo Crivella fez um apelo para que a base do governo permaneça unida na eleição.

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defenderam o anúncio de apoio a Tião Viana.

PMDB EXAMINA HOJE SUCESSÃO NO SENADO



A bancada do PMDB no Senado reúne-se às 15h de hoje para decidir se apresenta ou não candidato à sucessão de Garibaldi Alves na Presidência da Casa. A eleição da nova Mesa do Senado se dará no dia 1º de fevereiro de 2009.

O anúncio foi feito ontem à noite em Plenário por Mesquita Júnior (AC) – foto –, que se disse favorável ao lançamento de candidatura própria do partido.

Garibaldi Alves, que presidia os trabalhos da sessão, manifestou-se contrário às discussões sobre a eleição para a Mesa do Senado. “Essa antecipação do debate da sucessão não conta com a minha colaboração”, frisou Garibaldi.

SENADORES LAMENTAM MORTE DE ARQUITETA

Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marco Maciel (DEM-PE) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) apresentaram requerimento de voto de pesar pelo falecimento da arquiteta pernambucana Janete Costa. Eles lembraram sua importância para a arquitetura nacional e disseram que os pernambucanos estão de luto.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, e os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Mesquita Júnior (PMDB-AC), José Agripino (DEM-RN), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Cristovam Buarque (PDT-DF) se associaram ao requerimento.

Janete Costa, que morreu na sexta-feira, aos 76 anos de idade, em Olinda (PE) destacou-se ao projetar prédios públicos, hotéis e residências.

Novo relator para a PEC dos vereadores

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse ontem, durante encontro da União dos Vereadores do Brasil, que se empenhará para que o senador Demostenes Torres (DEM-GO)

seja indicado relator da proposta de emenda à Constituição (PEC 20/08) que eleva o número de vereadores ao quantitativo permitido até 2004. Decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

naquele ano reduziu em mais de 8 mil as vagas para o cargo. O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) chegou a ser indicado para relatar a proposta, mas abriu mão da tarefa.